

A. I. N° - 206825.0019/08-6
AUTUADO - BENEDITO DO NASCIMENTO SANTANA
AUTUANTE - ANTÔNIO MEDEIROS DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ ATACADO
INTERNET - 11/08/11

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0178-03/11

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO. MULTA. Autuação mantida em parte, corrigindo-se o valor da multa, haja vista que a penalidade estipulada é referente a outro fato. 2. ARQUIVOS MAGNÉTICOS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS. FALTA DE ENVIO DE ARQUIVOS MAGNÉTICOS PELA INTERNET. MULTAS. Demonstrado que não se trata de falta de envio dos arquivos pela internet, como acusa o Auto de Infração, mas de arquivos apresentados com omissão de registros, impossibilitando a análise e utilização de dados referentes ao inventário, itens das Notas Fiscais e códigos de mercadorias e serviços. A descrição da infração não é condizente com o fato concretamente considerado, tendo sido concedido prazo de 5 dias para correção dos arquivos, e não de 30 dias, conforme prevê o § 5º do art. 708-B do RICMS. Vício insanável. Autuação improcedente. 3. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Feita prova de que o valor lançado já se encontrava pago. 4. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Feita prova de que o valor lançado já se encontrava pago. 5. FALTA DE RECOLHIMENTO DE IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES RELATIVAMENTE A OPERAÇÕES NÃO ESCRITURADAS NOS LIVROS FISCAIS PRÓPRIOS. Explicado na informação fiscal que se trataria de falta de apresentação das Notas Fiscais de entradas de mercadorias. Lançamento nulo, por indeterminação dos fundamentos fáticos e legais da imputação fiscal – falta de certeza e liquidez do lançamento. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 26/2/08, diz respeito aos seguintes fatos:

1. falta de apresentação de livros fiscais [descumprimento de obrigação acessória], sendo por isso aplicada multa de R\$ 3.680,00;
2. falta de entrega de arquivos magnéticos, que deveriam ter sido enviados pela internet através do programa validador do Sintegra [descumprimento de obrigação acessória], sendo por isso aplicadas 24 multas de R\$ 1.380,00, totalizando R\$ 33.120,00;

3. falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares, relativamente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios, sendo lançado tributo no valor de R\$ 30.886,18, com multa de 50%;
4. recolhimento de ICMS efetuado a menos em virtude de divergência entre o valor do imposto recolhido e o valor escriturado no livro de apuração, sendo lançado tributo no valor de R\$ 5.462,10, com multa de 60%;
5. falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares, relativamente a operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, sendo lançado tributo no valor de R\$ 16.802,68, com multa de 70%.

O contribuinte apresentou defesa (fls. 207/218) alegando que o item 1º é nulo porque sua empresa respondeu à fiscalização com toda presteza possível, entregando-lhe todos os documentos disponíveis requeridos. Chama a atenção para os termos de arrecadação anexos, dizendo que os livros foram solicitados no dia 7.1.08 e a própria contabilidade da empresa se encarregou de atender à fiscalização, disponibilizando todos os livros e documentos. Reclama que os livros e documentos recolhidos pelo fiscal não foram devolvidos à empresa. Ressalta irregularidades nos termos de arrecadação, a exemplo da falta de referência aos livros e documentos solicitados, principalmente quanto ao exercício. Reclama que a observação feita pelo fiscal é bastante genérica, não especificando quais os livros que supostamente não haviam sido entregues.

Quanto ao item 2º, alega que a imputação também não procede haja vista que os documentos que anexa, referentes aos Protocolos Síntegra, atestam a tempestiva recepção dos arquivos magnéticos enviados mensalmente nos períodos fiscalizados, 2004 e 2005. Chama a atenção para o documento emitido pela própria Secretaria da Fazenda, com assinatura do fiscal autuante, referente à “Relação dos arquivos magnéticos recepcionados”, emitido em 2.1.08, pelo Sistema de Controle de Arquivos da repartição fazendária.

Seguem-se outras considerações sobre os itens 1º e 2º.

O autuado pleiteia também a nulidade dos itens 3º, alegando que, de acordo com os documentos que anexa, os débitos já haviam sido quitados. Alega que o débito relativo a maio de 2005, no valor de R\$ 5.128,78, havia sido objeto do Processo 900000.0398/06-2, apurado e homologado pela repartição fiscal, conforme DAE anexo. Da mesma forma, o débito de junho de 2005, no valor de R\$ 25.757,40, tinha havido uma transferência de crédito da filial inscrita sob o nº 26870386, no valor de R\$ 25.094,69, através da Nota Fiscal 4302, de modo que restaria apenas o valor de R\$ 662,71, mas este valor também havia sido objeto do Processo nº 900000.0298/06-2, quitado através do DAE anexado. Aduz que esse pagamento havia sido feito em duplicidade, haja vista que o débito de R\$ 662,71, além de ter sido pago mediante o processo supracitado, tinha sido quitado antes também através de outro DAE, conforme instrumento anexo.

Quanto ao item 4º, protesta que o fiscal não atentou para a quitação do valor lançado. Explica que em abril de 2005 o imposto apurado foi de R\$ 12.687,31, tendo a empresa pago R\$ 7.200,79, conforme DAE anexo, e o restante foi objeto do Processo nº 900000.0397/06-6, no valor de R\$ 5.477,52, e essa quantia já foi quitada, conforme comprovante anexo.

Seguem-se outras considerações sobre os itens 3º e 4º.

Questiona também o lançamento do item 5º, dizendo que o fiscal acusa suposta falta de recolhimento de ICMS referente a operações por ele apontadas como hipoteticamente não escrituradas nos livros fiscais da empresa, com base em Notas Fiscais do CFAMT, porém a empresa não reconhece as falaciosas Notas Fiscais de entrada mencionadas pelo autuante, pois todas as suas compras são escrituradas nos livros fiscais próprios, de modo que não admite a infração imputada em razão da total falta de comprovação da acusação fiscal, haja vista que não existe nos autos qualquer comprovação real da existência das Notas Fiscais suscitadas pelo

agente fiscal, e tais documentos não foram apresentados à empresa, cerceando plenamente o seu direito de defesa.

Pede que o Auto de Infração seja declarado improcedente. Juntou documentos.

O fiscal autunte prestou informação (fls. 278/280) dizendo que, no tocante aos livros e documentos não entregues – item 1º –, cumpre observar o Termo de Intimação à fl. 17, onde consta a solicitação do Registro de Entradas de 2004, do Registro de Saídas de 2004, do Registro de Inventário de 2003 e 2004, do Registro de Apuração de 2004, do Registro de Empregados, de Notas Fiscais de entradas e saídas de 2004 e 2005, de Notas Fiscais referentes a vendas com cartões de crédito, de fitas-detelhe de cupons de máquinas registradoras de 2004 e 2005, de reduções Z, DAEs, DMAs, duplicatas e comprovantes de despesas, codificação de fornecedores e de mercadorias, Notas Fiscais de Prestação de Serviços e Atestados de Intervenção em ECF, e em contrapartida, na fl. 19 consta Termo de Arrecadação de livros e documentos em que se confirma a entrega apenas do Registro de Empregados nº 2, das Notas Fiscais de entradas e saídas de 2004 e de cópia da codificação de fornecedores, havendo no referido Termo de Arrecadação a observação de que não foram entregues os livros e documentos na sua totalidade.

Quanto à alegação de que não teriam sido devolvidos os poucos livros e documentos recolhidos, o fiscal contrapõe que, de acordo com as três cópias dos termos de intimação que anexou à informação, fica provado que no dia 10.3.07 [10.3.08] a senhora Silvalice Lima da C. Ferreira registrou o recebimento dos livros e documentos que foram entregues, havendo também, em cada uma das declarações, a rubrica do proprietário da empresa, senhor Benedito do Nascimento Santana.

Com relação à falta de entrega de arquivos magnéticos – item 2º –, o fiscal informa que os documentos às fls. 37/48 provam que essenciais informações não foram recepcionadas pelo sistema de processamento de dados da Secretaria da Fazenda, ou seja, registros como os de número 54, 74 e 75 não apresentaram nenhuma informação, impossibilitando a análise e utilização de dados referentes ao inventário, itens constantes nas Notas Fiscais e até mesmo quanto aos códigos de produtos e serviços, e em virtude disso o contribuinte foi intimado em 2.1.08 para regularizar a falta de envio de tais informações, conforme instrumento à fl. 18, haja vista as laudas às fls. 49/61.

Quanto ao lançamento referente à conta corrente – item 3º –, o fiscal diz que os valores foram lançados com base nos dados apresentados pelo contribuinte e processados pelo Sistema de Auditoria Fiscal Automatizada (SAFA), o mesmo ocorrendo com relação ao recolhimento efetuado a menos – item 4º.

Relativamente à última infração – item 5º –, o fiscal explica que ela é pertinente à falta de apresentação das Notas Fiscais de entradas de mercadorias que foram lançadas pelo sistema de Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito (CFAMT), conforme está demonstrado à fl. 203.

Conclui pontuando a regra do art. 143 do RPAF, segundo o qual a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Opina pela manutenção do Auto de Infração na íntegra.

Deu-se ciência da informação fiscal ao contribuinte.

Na fase de instrução, considerando-se que no tocante ao item 3º o contribuinte alegou que já havia quitado os débitos lançados, dizendo que a parcela relativa a maio de 2005, no valor de R\$ 5.128,78, havia sido paga através do Processo nº 900000.0398/06-2, e que a parcela relativa a junho de 2005, no valor de R\$ 25.757,40, havia uma transferência de crédito, devidamente escriturada naquele mês, da filial para a matriz (estabelecimento autuado), no valor de R\$ 25.094,69, conforme

Nota Fiscal 4302, estando a transferência escriturada nas escritas de ambos os estabelecimentos, de modo que teria restado apenas a quantia de R\$ 662,71, valor este que havia sido objeto do referido Processo nº 900000.0398/06-2, também já quitado, tendo juntado cópias dos documentos de prova, esta Junta remeteu os autos em diligência fls. 288/291) a fim de que o fiscal autuante prestasse nova informação, para apreciação das provas apresentadas pelo contribuinte, a saber:

- a) com relação à parcela de maio de 2005: DAE à fl. 261, referente ao Processo nº 900000.0398/06-2, c/c fls. 262/267;
- b) com relação à parcela de junho de 2005: DAE à fl. 254, c/c fls. 255/260 e 268.

Na mesma diligência, considerando-se que, com relação ao item 4º, o contribuinte alegou que o valor lançado já se encontrava pago, assinalando que o imposto devido no período (abril de 2005) era de R\$ 12.687,31, porém desse valor a empresa já havia pago a quantia de R\$ 7.200,79, conforme DAE anexo, e por isso essa importância foi abatida do débito total apurado através do Processo nº 900000.0397/06-6, restando para pagamento remanescente apenas a quantia de R\$ 5.477,52, sendo que tal quantia também já havia sido quitada, conforme DAE anexo, foi solicitado que fosse prestada nova informação, para apreciação das provas apresentadas pelo contribuinte, a saber:

- a) DAE à fl. 270, referente ao Processo nº 900000.0397/06-6, c/c fl. 271;
- b) DAE à fl. 272, c/c fls. 273/276.

Também na mesma diligência, em face da alegação do autuado de que desconhece as Notas Fiscais de que cuida o item 5º, reclamando que os documentos não lhe foram apresentados, esta Junta solicitou que o autuante esclarecesse qual é mesmo o fundamento da cobrança do tributo neste caso, haja vista ter sido dito na informação que a infração seria pertinente à falta de apresentação dos aludidos documentos, precisando ficar clara a descrição do fato.

Ainda com relação ao item 5º, tendo em vista que o demonstrativo à fl. 203 não indica quem são os emitentes dos documentos e não é feita uma correlação dos documentos relacionados com as peças dos autos, solicitou-se que fosse elaborado demonstrativo em que, além dos números, datas e valores das Notas Fiscais, fossem indicados, também:

- a) os nomes dos respectivos emitentes;
- b) a folha do processo correspondente a cada documento acostado aos autos, para que fossem fornecidas ao contribuinte cópias dos documentos relacionados no demonstrativo aqui solicitado.

O fiscal autuante solicitou à repartição fiscal (fl. 294) a juntada dos Processos 900000.0398/06-2 e 900000.0397/06-6.

Os elementos solicitados foram anexados (fls. 294-A/298).

O fiscal anexou um “Termo de Encerramento de Fiscalização” [sic] declarando que no endereço que indica, onde funcionava o estabelecimento do autuado, não mais se registra qualquer atividade empresarial, cabendo proceder-se à baixa de sua inscrição (fl. 295).

A Coordenação de Administração do CONSEF devolveu os autos à repartição de origem, haja vista que o processo retornou sem que a diligência fosse cumprida (fl. 301).

O fiscal anexou uma nova peça intitulada “Termo de Encerramento de Fiscalização” [sic] informando que, com relação às primeira e segunda solicitações do órgão julgador, em virtude da comprovação de existência dos Processos 900000.0398/06-2 e 900000.0397/06-6, baixados em virtude de pagamento, considera ter havido a “desconstituição do crédito tributário” pertinente ao item 3º (fl. 302).

Quanto às solicitações terceira e quarta do órgão julgador, o fiscal informa que as Notas Fiscais relacionadas pelo CFAMT se encontram anexadas ao processo, conforme fls. 140, 141, 142, 143,

150, 152, 156, 163, 172, 173, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 106 e 198, exclusive a Nota Fiscal 56422 [não diz quem é o emitente], que não apresenta base de cálculo tributável, e, sendo assim, os nomes dos respectivos emitentes se encontram especificados em cada uma das citadas Notas Fiscais.

Foi anexada cópia dos Processos 900000.0398/06-2 e 900000.0397/06-6 (fls. 304/307). Consta ainda um recibo de documentos entregues ao contribuinte.

VOTO

São cinco os lançamentos em discussão nestes autos.

O contribuinte alegou que os livros e documentos recolhidos pelo fiscal autuante não foram devolvidos à empresa.

O fiscal, ao prestar a informação, observou que os elementos arrecadados foram devolvidos no dia 10.3.07 (na verdade, foi em 10.3.08), tendo sido entregues à senhora Silvalice Lima da C. Ferreira, e nas declarações de recebimento consta a rubrica do proprietário da empresa, senhor Benedito do Nascimento Santana.

Como o Auto de Infração foi lavrado a 26.2.08 mas o autuado só foi intimado a 10.3.08, a data da devolução dos livros e documentos coincide com a data da intimação, não havendo, por conseguinte, prejuízo à defesa.

Quanto ao 1º item, especificamente, o autuado alega que havia entregue com presteza todos os documentos disponíveis solicitados, e reclama que a observação feita pelo fiscal é bastante genérica, não especificando quais os livros que supostamente não haviam sido entregues.

O fiscal rebate observando que o Termo de Intimação indica o que foi solicitado, e cotejando-se aquele termo com o Termo de Arrecadação fica evidente que os livros e documentos na sua totalidade.

De fato, está demonstrado que nem todos os elementos solicitados foram entregues. Há, contudo, um problema quanto à multa. Apesar de na descrição da infração ser dito que o contribuinte deixou de apresentar livros fiscais, o fato foi enquadrado no dispositivo legal que cuida de extravio ou inutilização de livro ou de manutenção de livro fora do estabelecimento (inciso XIV do art. 42 da Lei nº 7.014/96). Esta é uma situação de natureza penal, e em tal seara a imputação deve ser precisa, inequívoca. A multa por extravio ou inutilização de livro ou de manutenção de livro fora do estabelecimento é uma; a multa por falta de apresentação de livro é outra. Apesar de no Auto de Infração o fiscal ter feito uma consideração, no campo “Descrição dos Fatos”, de que a falta de apresentação de livros caracteriza inutilização, extravio, perda ou guarda fora do estabelecimento, em local não autorizado, isto é uma presunção pessoal, não legal.

Corrijo, por isso, o valor da multa do item 1º, que é de R\$ 460,00 para o caso de *falta de exibição de livros ou documentos*, conforme prevê o inciso XX, “a”, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O 2º item acusa falta de entrega de arquivos magnéticos, que deveriam ter sido enviados pela internet através do programa validador do Sintegra.

O autuado anexou à defesa os Protocolos Sintegra provando que os arquivos magnéticos haviam sido recepcionados tempestivamente, mês a mês.

Diante desses elementos, o fiscal, na informação, contrapôs que essenciais informações não foram recepcionadas pelo sistema de processamento de dados da Secretaria da Fazenda, pois os registros 54, 74 e 75 não apresentaram nenhuma informação, impossibilitando a análise e utilização de dados referentes ao inventário, itens constantes nas Notas Fiscais e até mesmo quanto aos códigos de produtos e serviços, e em virtude disso o contribuinte tinha sido intimado para regularizar a falta de envio de tais informações.

Aí está o problema. Isto deveria ter sido dito no Auto de Infração, para que o contribuinte pudesse se defender precisamente do fato concreto, em vez de se defender de uma coisa, vindo a saber depois que a imputação seria outra. A descrição da infração não é condizente com o fato concretamente considerado.

Tal vício, contudo, seria passível de saneamento, reabrindo-se o prazo de defesa.

Porém há neste caso um vício maior, que não permite saneamento, e que como julgador tenho o dever de apontar de ofício, apesar de tal questão não ter sido levantada pela defesa.

De acordo com o Termo de Intimação à fl. 18, o fiscal deu o prazo de 5 dias para o contribuinte lhe apresentar os arquivos magnéticos “devidamente corrigidos”.

Esse prazo – 5 dias – não existe na legislação. Se o que o fiscal pretendesse fosse a *entrega*, a ele, dos arquivos magnéticos – e não a *correção* dos arquivos –, o prazo seria de “5 dias úteis”, e não de “5 dias” (RICMS, art. 708-B, “caput”). Evidentemente, “5 dias úteis” não são a mesma coisa que “5 dias”.

Porém aqui a questão é outra. Os arquivos *havam sido entregues*. Se tais arquivos careciam de *correção*, deveria o fiscal proceder como prescreve o § 5º do art. 708-B do RICMS, intimando-o para, no prazo de 30 dias, corrigir os arquivos magnéticos apresentados com inconsistência, utilizando, no campo 12 do Registro Tipo 10, o código de finalidade “2”, referente a retificação total de arquivo. Eis o dispositivo que acabo de citar:

“§ 5º O contribuinte terá o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento da intimação, para corrigir arquivo magnético apresentado com inconsistência, devendo utilizar, no campo 12 do Registro Tipo 10, o código de finalidade “2”, referente a retificação total de arquivo.”

A multa do item 2º é portanto improcedente.

No caso dos itens 3º e 4º, que cuidam de falta de recolhimento e de recolhimento de imposto efetuado a menos, foi preciso que os autos retornassem duas vezes à repartição de origem para que o fiscal se manifestasse sobre os elementos apresentados pela defesa, atrasando o desfecho da lide, porque, embora o contribuinte tivesse apresentado as provas pertinentes, o fiscal autuante, ao prestar a informação, não deu importância aos elementos apresentados pelo contribuinte, dizendo simplesmente que os valores haviam sido lançados com base nos dados apresentados pelo contribuinte e processados pelo Sistema de Auditoria Fiscal Automatizada (SAFA). Evidentemente, a competência para fiscalizar é dos auditores e dos agentes de tributos, e não do SAFA.

O fiscal, no instrumento à fl. 302, informou que, com relação às primeira e segunda solicitações do órgão julgador (relativamente aos itens 3º e 4º), em virtude da comprovação de existência dos Processos 900000.0398/06-2 e 900000.0397/06-6, baixados em virtude de pagamento, considera ter havido a “desconstituição do crédito tributário” pertinente à infração número 3.

Embora o nobre autuante declare que teria havido a “desconstituição do crédito tributário” pertinente à 3ª infração – ou seja, que o lançamento é indevido –, está claro que ele quis se referir não apenas à 3ª infração, mas também à 4ª infração, pois o Processo 900000.0398/06-2 se refere à 3ª infração e o Processo 900000.0397/06-6 se refere à 4ª infração, e as provas apresentadas pelo autuado demonstram que os lançamentos dos itens 3º e 4º são improcedentes.

No item 5º, a acusação é de que o contribuinte não teria recolhido ICMS nos prazos regulamentares, relativamente a operações não escrituradas nos livros fiscais próprios. A rigor, essa descrição é adequada é para o caso de Notas Fiscais de saídas não escrituradas.

Porém, ao prestar a informação, o fiscal mudou a descrição do fato, dizendo que a infração seria pertinente à falta de apresentação das Notas Fiscais de entradas de mercadorias que foram lançadas pelo sistema de Controle Fiscal Automatizado de Mercadorias em Trânsito (CFAMT).

Há uma dificuldade na compreensão do cerne desse lançamento porque o fiscal, em vez de elaborar o demonstrativo correspondente, indicando de que forma foi calculado o débito, qual a base de cálculo, quais os documentos em que se baseou. Neste caso, o nobre autuante dificultou a compreensão do sentido da autuação porque os únicos demonstrativos apresentados como tais são os das fls. 62 (item 3º) e 63 (item 4º). Noto porém que o fiscal fez o cálculo do item 5º no Termo de Encerramento de Fiscalização. Embora o normal – como fazem todos os fiscais, sem exceção – seja a juntada aos autos dos demonstrativos fiscais, parece-me aceitável a demonstração feita no Termo de Encerramento de Fiscalização, tendo em vista que neste caso uma cópia do termo foi colada no livro de ocorrências e outra foi colacionada aos autos (fls. 203-204).

Quanto ao mérito, apesar da quantidade imensa de Notas Fiscais anexadas ao processo, consta na fl. 203 a relação das que foram objeto do lançamento do item 5º, que são apenas 16.

Conforme assinalado linhas acima, embora a acusação no Auto seja de que o contribuinte não teria recolhido ICMS nos prazos regulamentares, relativamente a operações não escrituradas nos livros fiscais próprios, o autuante, ao prestar a informação, mudou a descrição do fato, dizendo que a infração seria pertinente à falta de apresentação das Notas Fiscais de entradas de mercadorias.

A falta de apresentação de Notas Fiscais é fato passível de outro tipo de procedimento, e constitui descumprimento de obrigação acessória, como, aliás, ocorreu no caso do item 1º deste Auto.

Por outro lado, não foi esclarecido quais seriam os “livros fiscais próprios” em que as operações não foram escrituradas, mas, tendo em vista que na informação fiscal foi dito que se trata de falta de apresentação de Notas Fiscais de entradas, deduz-se que as Notas Fiscais “não apresentadas” não foram escrituradas no Registro de Entradas.

Ora, caso o fato objeto da autuação tenha sido a falta de escrituração de Notas Fiscais no Registro de Entradas, cumpre notar que esse fato – falta de escrituração de Notas Fiscais no Registro de Entradas – não constitui, por si só, fato gerador de ICMS, pois a entrada de mercadorias somente constitui fato gerador desse tributo no caso de importação de bens do exterior. Por conseguinte, se o que o fiscal pretendia autuar era a falta de escrituração de Notas Fiscais no Registro de Entradas, que então dissesse isso no Auto de Infração, não para cobrar imposto, mas para aplicação da multa por descumprimento da obrigação acessória, de 10% ou de 1% do valor das entradas omitidas, nos termos dos incisos IX e XI do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

Ou ainda, se o que ele pretendia autuar era a falta de contabilização dos pagamentos das compras relativas a tais Notas Fiscais, com base na previsão legal de que a falta de contabilização de entradas de mercadorias autoriza a presunção de que as compras foram pagas com receitas de vendas anteriores também não contabilizadas, deveria então ter o fiscal acusado isso.

O contribuinte – e o órgão julgador – não podem ter que adivinhar o que pretendeu fazer o agente fiscal.

O item 5º é nulo, por indeterminação dos fundamentos fáticos e legais da imputação fiscal – *falta de certeza e liquidez do lançamento*. A repartição verificará se existem elementos que justifiquem a renovação do procedimento. É evidente que se o contribuinte, antes no início de nova ação fiscal, sanar alguma pendência porventura existente, inclusive mediante denúncia espontânea, se exime de sanções.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206825.0019/08-6**, lavrado contra **BENEDITO DO NASCIMENTO SANTANA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 460,00**, prevista no art. 42, inciso XX, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Esta Junta de julgamento recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10/10/2000.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de julho de 2011

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA